

NÃO HÁ TURISMO DE HABITAÇÃO SEM RECUPERAÇÃO DE PATRIMÓNIO

Portugueses gastaram 250 milhões em férias no estrangeiro



Em 1994, os turistas portugueses gastaram em turismo, no estrangeiro, 250 milhões de contos.

"Não há turismo de habitação sem recuperação de património e preservação do ambiente", destacou

Francisco de Calheiros, presidente da TURIHAB, na abertura do 3.º Encontro Nacional do Turismo de Habitação, que decorreu em Ponte de Lima. Na mesma sessão, o secretário de Estado do Turismo, Alexandre Relvas, destacou que os portugueses gastaram, no ano passado, em férias no estrangeiro, cerca de 250 milhões de contos.

O membro do Governo considerou que produtos turísticos com componentes cultural, ambiental e desportiva, numa perspectiva de autenticidade, "do que é genuinamente português", através de uma "imagem clara", levarão vantagem na capacidade de atracção de visitantes. Falou da necessidade de criação de novos destinos no país, dinamizando-se a oferta. Assim, triplicará o número de pousadas turísticas até ao final da década, passando para 21 os estabelecimentos do género, ao mesmo tempo que será reforçado o investimento em património histórico nas regiões do interior, podendo contar

os projectos com 45% a fundo perdido. Salientou que não bastará "vender-se quartos", antes circuitos integrados, estando programadas para a região minhota as rotas do românico e dos vinhos. Referiu-se ao esforço de campanhas publicitárias no estrangeiro, tendo sido convidados a visitar Portugal, no ano passado, 700 jornalistas da especialidade.

Alexandre Relvas chamou também a atenção para a importância de atrair-se o turista nacional, recordando que os portugueses gastaram 250 milhões de contos em férias no estrangeiro, quando em 1985 essa verba não ultrapassou 40 milhões.

Francisco de Calheiros evocou o recente projecto das aldeias históricas na recuperação do património, referindo-se à importância da sinalização nos itinerários culturais. "Não há turismo de habitação sem recuperação do património e sem a preservação do ambiente", frisou.

O presidente da Associação de Turismo de Habitação procurou também alertar para a importância das acessibilidades no desenvolvimento do sector, sem esquecer "as consequências do impacto ambien-

tal". Neste contexto, distinguiu três produtos, as pousadas, "modelo bem sucedido de uma iniciativa do Estado, com provas dadas nas últimas décadas", as aldeias, "projecto ambicioso que combina a reabilitação de espaços, monumentos e habitações, mobilizando as populações, dando relevo ao que há de mais genuíno na nossa tradição" e os solares, "um sonho perfeitamente estruturado representando a velha tradição portuguesa de receber, a nossa cultura e história". Apontou, ainda, os Açores como paradigma e referencial da preservação do património.

Antes, João Abreu Lima, em representação da autarquia, recordou que o turismo de habitação evitou a degradação de prédios e permitiu a reconstrução do património histórico e arquitectónico, e Francisco Sampaio, presidente da Região de Turismo do Alto Minho (RTAM), sublinhou a consistência de um "produto" cultural de actividade itinerante, insistindo na escolha de um operador que o divulgue e "venda" em métodos modernos que acompanhem a evolução do sector, permitindo, assim, superiores taxas de ocupação.